

ISBN 978-989-8074-10-2



9 789898 980741 02

Colecção
Estudos • Humanidades
Coimbra 2007

• U •



Jorge Pais de Sousa

Uma Biblioteca Fascista em Portugal



I
U

Uma Biblioteca Fascista em Portugal

Jorge Pais de Sousa



I
U
IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

Se uma biblioteca desempenha um papel primacial no sistema de organização e reprodução do saber, que nela se desdobra como num espelho límpido, o seu significado é intensamente plasmado pelo uso que dela é feito ao longo dos tempos. O Fundo Fascista acompanha toda a história da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra a partir de um momento nodal, tendo em linha de conta que a Sala Italiana foi fundada em 1928. Guarda tesouros da sua memória, documentando a história da Academia, do seu enquadramento internacional, do ensino nela ministrado e do lugar nesse quadro ocupado pelos estudos italianos, entre estratégias de visibilidade e de ocultamento.

Rita Marnoto

Uma Biblioteca Fascista em Portugal



COORDENAÇÃO CIENTÍFICA DA COLEÇÃO ESTUDOS • HUMANIDADES
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA



COORDENAÇÃO EDITORIAL DA COLEÇÃO
Maria João Padez Ferreira de Castro

EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra
Email: impresauc@ci.uc.pt
URL: <http://www.imp.uc.pt>

CONCEPÇÃO GRÁFICA
António Barros

PRÉ-IMPRESSÃO
Imprensa de Coimbra, Lda

ILUSTRAÇÃO DA CAPA
"Comandamento dell tempo presente: libro e moscheto"
©Catálogo Vallecchi

IMPRESSÃO E ACABAMENTO
Imprensa de Coimbra, Lda

ISBN
978-989-8074-10-2

DEPÓSITO LEGAL
262654/07

OBRA PUBLICADA COM A COLABORAÇÃO DE :



INSTITUTO DE ESTUDOS ITALIANOS

INSTITUTO DE ESTUDOS ITALIANOS

OBRA PUBLICADA COM O APOIO DE:

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR Portugal

Uma Biblioteca Fascista em Portugal

*Publicações do Período Fascista Existentes
no Instituto de Estudos Italianos
da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*

Jorge Pais de Sousa

CATÁLOGO

SUMÁRIO

O REENCONTRO DE UMA BIBLIOTECA, por Rita Marnoto	7
PREFÁCIO, de Luís Reis Torgal	11
Uma Biblioteca Fascista em Portugal: Estudo do Catálogo, de Jorge Pais de Sousa ..	15
CATÁLOGO	
Secção A – Estados “fascistas” e autoritários	55
Secção B – História e documentos históricos, políticos, literários, anteriores ao fascismo	57
Secção C – Escritos e discursos de ou sobre Mussolini. Biografias	65
Secção D – Conquista do poder, organização do PNF e do Estado Fascista (1919-1943)	69
Secção E – Economia e Direito Corporativos. Tecnologias. Política sindical e assistencial	75
Secção F – Ideologia e cultura. Artes. Educação e literatura fascistas.....	87
Secção G – Igreja, católicos e minorias religiosas.....	103
Secção H – Regime de polícia, a oposição interna e o antifascismo no exterior.....	107
Secção I – Política externa e relações internacionais	109
Secção L – Política colonial.....	115
Secção M – As Forças Armadas e a participação nas Guerras Mundiais.....	117
Secção P – Imprensa e publicações periódicas	123
ÍNDICE DE AUTORES	135

O REENCONTRO DE UMA BIBLIOTECA

A imediata reacção que este trabalho de Jorge Pais de Sousa suscita não pode deixar de ser de admiração e de espanto. Em *Uma Biblioteca Fascista em Portugal. Publicações do Período Fascista Existentes no Instituto de Estudos Italianos da Faculdade de Letras de Coimbra. Catálogo*, Jorge Pais de Sousa reencontra uma biblioteca invisível, e nesse sentido incrível, que todavia há muito tempo ali estava, bem próxima, no Depósito do Instituto de Estudos Italianos, desde que a Faculdade de Letras passou para o actual edifício, mas provinda de espaços contíguos, nas circunstâncias que apresenta no estudo do seu catálogo. É, por estas razões e por muitas outras, mais um caso de um tipo muito particular de biblioteca, que mereceu a atenção de um dos maiores conhecedores de bibliotecas de todos os tempos, Umberto Eco.

Num texto já clássico, a intervenção que fez em 1981 para comemorar uma efeméride da “Biblioteca Comunale” de Milão, intitulado *De Bibliotheca* (que foi publicado em português com o título *A Biblioteca*), Eco elabora uma série de reflexões que continuam a ser essenciais, ainda hoje, para o entendimento do lugar e da função que cabem a uma biblioteca. O seu modelo ideal de biblioteca revê-se nos objectivos da Unesco, segundo os quais os acervos devem estar à disposição de todos os membros de uma comunidade sem distinções, a localização deve ser central, os horários alargados, as instalações acolhedoras e o leitor deve ter acesso directo às estantes: nada mais diferente do que o Fundo Fascista que se encontrava guardado no Depósito do Instituto de Estudos Italianos, portanto.

Calcula-se que no tempo de Constantino houvesse em Roma 28 bibliotecas. A função de uma biblioteca é a de possibilitar e incentivar a leitura. Contudo, nem sempre assim foi. Umberto Eco observa que, ao longo dos tempos, também houve bibliotecas cuja função era a de *não* deixar ler e *não* permitir a leitura, de encobrir e ocultar o livro. Com a perspicácia e a ironia que lhe são habituais, não nega peremptoriamente o seu interesse. Aliás, o móbil da trama policial de *O Nome da Rosa* é a ocultação e a procura de um livro cuja leitura é impedida com fanatismo. Durante séculos, as bibliotecas serviram para evitar a dispersão dos rolos, para acumular tesouros, mesmo em sentido material, quando o livro era um bem de elevado valor, para incrementar a circulação de manuscritos, como era o caso dos *scriptoria* beneditinos que Eco tão bem descreveu em *O Nome da Rosa*, e também para esconder livros. A biblioteca feita para *não* se ler o livro é a que permite o *reencontro*, o achado, adverte esse crítico. Satisfaz os anseios do filólogo, ao possibilitar a *trouvaille*, e foi (ainda o é hoje) motivo da estupefacção e

do júbilo causados pelas descobertas dos humanistas: as *Epístolas* de Cícero a Ático, a Bruto e a Quinto Túlio, descobertas por Petrarca na “Biblioteca Capitolare” de Verona em 1345; o Quintiliano, o Valério Flaco, o Ascónio Pediano e o Cícero achados por Poggio Bracciolini em inícios do século xv. Na verdade, esses textos encontravam-se em bibliotecas, estavam ali mesmo, e foi das suas estantes, dos seus esconsores ou dos seus antros que os humanistas os desenterraram. Apesar de tudo, se não foram destruídos, preservou-se a possibilidade de virem a ser reencontrados. Não num lugar exógeno, mas, por mais paradoxal que pareça e para surpresa das surpresas, na própria biblioteca.

É esse o caso do Fundo Fascista estudado por Jorge Pais de Sousa. Quando, em 1995, fui encarregada da Direcção do Instituto de Estudos Italianos da Faculdade de Letras, pareceu-me importante a preservação de um fundo bibliográfico muito particular, mas que corria riscos de deterioração, formado por espécimes genericamente relacionados com o fascismo. Sem catalogação, jazia esquecido no Depósito do Instituto, num amontoado indistinto. A exiguidade do espaço disponível levou a que a sua arrumação e o seu saneamento fossem feitos no corredor contíguo ao Instituto de História e Teoria das Ideias, o que logo atraiu a atenção do Prof. Doutor Luís Reis Torgal, que de imediato se apercebeu do seu valor científico e muito se empenhou na criação das condições necessárias ao seu estudo e à sua catalogação. Às exigências da pesquisa, pelo que diz respeito ao domínio de áreas do saber diversificadas que vão da história contemporânea à biblioteconomia e à língua e cultura italianas, responderam a competência e a preparação científica do Senhor Dr. Jorge Pais de Sousa.

Se uma biblioteca desempenha um papel primacial no sistema de organização e reprodução do saber, que nela se desdobra como num espelho límpido, o seu significado é intensamente plasmado pelo uso que dela é feito ao longo dos tempos. O Fundo Fascista acompanha toda a história da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra a partir de um momento nodal, tendo em linha de conta que a Sala Italiana foi fundada em 1928. Guarda tesouros da sua memória, documentando a história da Academia, do seu enquadramento internacional, do ensino nela ministrado e do lugar nesse quadro ocupado pelos estudos italianos, entre estratégias de visibilidade e de ocultamento. O alcance desse saber é potenciado, contudo, por factores de relação que envolvem, à luz de componentes interdisciplinares, a sua inserção num contexto mais vasto, relativo ao intercâmbio luso-italiano, pondo em relevo a centralidade, não só no plano nacional, como também no plano internacional, da Universidade de Coimbra e da sua Faculdade de Letras. Reflexo eloquente dos diversos sistemas de relações que, em fases muito distintas, se estabeleceram entre Portugal e a Itália durante os anos das respectivas ditaduras e democracias, a fisionomia e o uso deste acervo proporciona um conhecimento da cultura portuguesa e da cultura italiana mais profundo, ao situar-se nos seus territórios de intersecção. Num campo tão vasto, que implica um denso cruzamento entre pessoas, instituições e factores da mais diversa ordem, e cuja documentação se encontra disseminada e, não raro, é dificilmente referenciável, uma biblioteca com as características da que foi sendo acumulada pelo Instituto de Estudos Italianos da Faculdade de Letras, e que agora é analisada, oferece-se, pois, como um objecto de estudo de excepcional relevo.

O Instituto de Estudos Italianos está muito grato ao Prof. Doutor Luís Reis Torgal e ao Senhor Dr. Jorge Pais de Sousa pelo trabalho empreendido, bem como pela colegialidade

e pelo empenhamento intelectual e pessoal com que o desenvolveram. Ao Centro de Estudos Interdisciplinares do Século xx (CEIS20), agradece-se todo o apoio dado à sua elaboração. Aos serviços da Biblioteca Central da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, agradece-se o cuidado posto na sua catalogação. Ao Conselho Directivo da Faculdade de Letras e à Imprensa da Universidade, são devidos agradecimentos por terem acolhido esta edição.

Rita Marnoto

PREFÁCIO

Nos inícios dos anos oitenta iniciei, com o meu colega Amadeu Carvalho Homem, e com o apoio de uma aluna, Alexandrina Rodrigues, o estudo da biblioteca de uma Casa do Povo. Como se sabe, as Casas do Povo constituíam organismos básicos do edifício corporativo do Estado Novo, logo constituídas em 1933 e que, no ano seguinte, Mussolini, analisando a legislação portuguesa, haveria de elogiar, em entrevista a António Ferro.

A análise dessa biblioteca — de uma Casa do Povo de criação tardia, a Casa do Povo de Souselas — e, depois, de outras, de formação idêntica, revelou-nos como os aparelhos do regime de Salazar souberam estruturar-se tendo em vista um processo de reprodução ideológica e como eram escritos, ou adaptados, colectâneas ou livros de autor, alguns expressamente publicados para o efeito, com a chancela do Secretariado de Propaganda Nacional / Secretariado Nacional de Informação, da União Nacional, da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, da Campanha Nacional para a Educação de Adultos (Plano de Educação Popular), do Serviço de Escolha de Livros para as Bibliotecas das Escolas Primárias ou da Junta de Acção Social (Plano de Formação Social e Corporativa), fundada esta com a finalidade, entre outras funções, de organizar bibliotecas públicas no quadro corporativo. E, neste contexto, constituíam-se colecções de livros, por vezes com uma sentença de Salazar na portada, que, de forma pensada, difundiam ideias e estéticas próprias, no domínio da ideologia política, mas também da arte e da literatura, da história ou de “conhecimentos úteis” para a vida quotidiana, no trabalho ou no lazer. Inclusivamente, alguns autores que não se identificavam com o regime eram contemplados nessa escolha criteriosa, por se considerar que os valores que apresentavam não dissentiam das imagens “nacionais” que o Estado Novo desejava reproduzir.

Esta foi a primeira biblioteca com que contactei. Verifiquei depois que bibliotecas idênticas se encontravam em escolas, liceus (estas, mais complexas, que interessa retirar da destruição lenta de sótãos ou de caves de algumas das nossas mais antigas escolas secundárias), sedes de sindicatos, clubes de recreio popular e centros de férias ligados à FNAT, etc.

A partir daí não mais parou o meu interesse pelas bibliotecas públicas e particulares do tempo do Estado Novo (e não só), embora por vezes sem grande sucesso e com algumas desilusões. Como seria a biblioteca de Salazar? Como seriam as bibliotecas de alguns salazaristas e mesmo de homens que revelaram concepções e doutrinas de “direita” que nem sequer se chegaram a integrar no Salazarismo?

Está neste caso Mário Saa, proprietário alentejano e autodidacta, particularmente conhecido pela sua obra anti-semita *A Invasão dos Judeus* (1924), um dos escritos antijudaicos mais contundentes da literatura portuguesa e de tipo raro no nosso panorama

cultural, com alguma difusão no tempo, nomeadamente no Brasil. Fui visitar a sua biblioteca, com Jorge Pais de Sousa, na terra natal do escritor, Ervedal, do concelho de Aviz, onde se encontra instalada, sendo um dos núcleos da Fundação-Arquivo Paes Teles, nome de família de Mário Saa. Concluímos, através de uma rápida, mas criteriosa, observação, que se tratava de um núcleo de razoável interesse bibliográfico, mas de significado ideológico mais reduzido, pois nele não encontrámos — ao invés do que pensávamos — obras que representassem bem a literatura anti-semita e nacionalista que, nos anos dez e vinte do século xx, corria por essa Europa.

Já o mesmo não se passa com a biblioteca de Artur Águedo de Oliveira, salazarista, como Salazar especializado em Finanças e doutor nessa área do saber pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, que ocupou também, como o “Chefe” do Estado Novo, que serviu com rara obediência, pastas de governo e lugares de destaque no mundo das Finanças Públicas (subsecretário de Estado, ministro e presidente do Tribunal de Contas). Intrinsecamente mais à “direita” do que Salazar e integrado na ideologia fascista, encontram-se na sua biblioteca sinais mais do que evidentes da sua linha de pensamento. Se os livros que Salazar tinha no Vimieiro — analisados primeiro pelo então estudante finalista de História da Faculdade de Letras de Coimbra, Carlos Alves — não são particularmente reveladores das influências doutrinárias que sobre ele se exerceram (essas obras deverão ser procuradas na biblioteca do Instituto Jurídico e na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, onde estudou e fez a sua carreira académica, e quiçá na biblioteca do palácio de São Bento, onde viveu durante muitos anos, na qualidade de Presidente do Conselho), o mesmo não se pode dizer da biblioteca que se encontra em Bragança, ali à beira do castelo, na Fundação “Os Nossos Livros”, criada pelo próprio Doutor Águedo de Oliveira e dirigida pela Câmara Municipal, que está a ser pacientemente estudada por Alcina Maria Correia Afonso dos Santos, no contexto de uma tese de doutoramento sobre as elites salazaristas transmontanas.

O caso da biblioteca do Instituto Alemão da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, já catalogada e dada a público, é outro tipo de colecção bibliográfica, marcada pela lógica institucional e pela propaganda nazi em Portugal. E o mesmo se passa, obviamente, com a biblioteca da Sala Italiana, depois incorporada no actual Instituto de Estudos Italianos da Faculdade de Letras de Coimbra. Foi este o núcleo que mais desejámos que fosse catalogado e analisado, o que agora sucede.

Através do estudo introdutório apresentado por Jorge Pais de Sousa e do breve ensaio de análise do conteúdo, mas sobretudo da leitura do catálogo, entende-se bem como a Itália fascista se procurava impor no panorama político e cultural português e como tentava difundir as suas ideias através de núcleos de livros e revistas que nos dão um quadro panorâmico muito significativo do fascismo. De resto, não poderemos nunca esquecer que Salazar, apesar de apelar sempre para a “originalidade” do seu regime, nunca deixou de admirar Mussolini, e as ideias e prática fascistas. Por isso, seria natural que a Itália, qual “modelo cultural e político”, tivesse um lugar de privilégio na cultura universitária portuguesa, em Coimbra e em Lisboa, onde se situavam as duas Faculdades de Letras criadas em 1911, e no Porto, que viu ali ser fundada outra Faculdade, em 1919, embora tivesse então duração efémera.

Jorge Pais de Sousa é um investigador de História Contemporânea em processo de formação universitária, mas é também um especialista em Biblioteconomia. Ninguém

melhor do que ele para estudar este núcleo, que contou com o apoio das técnicas da Biblioteca Central da Faculdade de Letras, coordenadas pela Dr.^a Isabel Gaspar, e com o incentivo da Professora Rita Marnoto, directora do Instituto de Estudos Italianos. A minha participação nesta acção consistiu apenas em chamar a atenção para a importância deste acervo, que agora passa a ser conhecido pelos investigadores, nomeadamente aqueles que pesquisam o fascismo na sua expressão de propaganda e na sua conexão com o Estado Novo de Salazar.

A sua publicação pela Faculdade de Letras, na altura em que se aproxima o seu primeiro centenário, através da Imprensa da Universidade de Coimbra, é revelador de que não há na História temas que devam ser omitidos, mas que todos devem vir à luz do dia para serem analisados cientificamente. E esta “biblioteca fascista” tem como primeiro testemunho, não revelado no catálogo agora publicado, um “livro de ouro” com a assinatura de Mussolini, o *Duce*, cujo retrato se encontrava na mesa de trabalho de Salazar, como se pode ver em fotografia publicada no *Diário de Notícias* de 20 de Julho de 1939, e a quem o estadista natural de Santa Comba Dão apelidava, em discurso oficial proferido na Assembleia Nacional, em 27 Outubro de 1938, de “génio político”.

Figueira de Lorvão, 18 de Fevereiro de 2007

Luís Reis Torgal